

Exército quer presidencialismo à Sarney

BRASÍLIA — O alto comando do Exército, reunido ontem, concluiu que a melhor alternativa quanto ao sistema de governo a ser adotado pelo país é a defendida pelo presidente Sarney — o presidencialismo mitigado, que mantém os poderes do presidente, embora fortaleça o Congresso. A informação é do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, após a cerimônia de comemoração dos 41 anos do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa). A ordem do dia, assinada pelo ministro-chefe do Emfa, general Paulo Campos Paiva, lida durante a cerimônia, fala da preocupação dos militares quanto aos rumos da Constituinte.

“Eis que nos aflige, sobretudo, a possibilidade de que venham a ser consagrados na futura Constituição determinados mandamentos que possam abalar os alicerces de algumas das nossas mais caras e expressivas instituições, entre as quais incluímos as Forças Armadas. Estamos confiantes, todavia, que o bom senso há de predominar e o povo brasileiro será brindado com uma Constituição que, atenta à realidade do país, mas pairando acima das paixões do momento, esteja voltada para a satisfação dos interesses nacionais”, diz a ordem do dia.

Independentes — Em outro recado à Constituinte, a ordem do dia destaca como opção acertada a definição brasileira por “forças singulares individualizadas e em ministérios independentes”, forma que não restringe a liberdade de ação das forças, preservando a personalidade, o espírito de corpo e a operacionalidade de cada uma delas, de acordo com o documento, que descarta a alternativa do Ministério da Defesa.

Depois da entrega das medalhas Ordem do Mérito das Forças Armadas, distribuídas durante a cerimônia, o general Leônidas Pires Gonçalves informou que durante a reunião do Alto Comando foram analisados diversos aspectos da conjuntura nacional, como a Constituinte e a convenção do PMDB.

Em outra parte do salão, onde era servido um coquetel aos participantes da cerimônia, o ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, fazia comentários sobre as possibilidades de o governo aumentar seu leque de sustentação política. Indagado sobre a possibilidade de o PTB passar a integrar o governo com um ministério, ele disse: “Em política, a simbiose é sempre muito boa”. E pouco depois: “Em política, quando há objetivos comuns até as paralelas se encontram”. Costa Couto afirmou que a Aliança Democrática continua sendo a espinha dorsal do apoio político ao governo, mas assinalou que “qualquer apoio será bem vindo”. Sobre a possibilidade de o PDS integrar a Aliança Democrática, o ministro reteve a decisão ao PMDB e ao PFL.

Cabral acha que mandato deve ser primeira decisão

BRASÍLIA — A Constituinte deverá decidir sobre o mandato do presidente Sarney antes de votar a futura Constituição porque a indefinição sobre o assunto está atrapalhando os trabalhos constitucionais. A posição foi defendida pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, que pretende dar parecer favorável ao projeto do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que fixa o mandato do presidente Sarney em quatro anos.

Segundo Bernardo Cabral, “tecnicamente o projeto é perfeito, apesar de discordar do tempo do mandato proposto por Faria de Sá. Juridicamente, o mandato está fixado em seis anos, mas existe a vertente política que será definida em plenário”. O relator argumenta que a argumentação da proposta se enquadra nos requisitos exigidos pelo regimento. A fixação do mandato do presidente Sarney precisa ser definida, na sua opinião, para deixar a Assembléia trabalhar sem este problema.

O deputado Arnaldo Faria de Sá pretende entregar o projeto de resolução que prevê a realização de eleição presidencial em 15 de novembro do próximo ano, na terça-feira e já recolheu 181 das 186 assinaturas exigidas. Depois disso, a Comissão de Sistematização terá cinco dias para se manifestar e votará o parecer do relator, que no caso foi antecipado como favorável. Assim, bastam 47 votos de integrantes da comissão para a proposta ir ao plenário, onde o projeto precisa de 280 votos para ser aprovado.

Bernardo Cabral mostrou-se surpreso com o teor das emendas apresentadas até agora ao anteprojeto. Segundo ele, o maior número é sobre direitos e garantias individuais e conceito de empresa nacional.

□ O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, reafirmou em São Paulo que se sente liberado para subir em qualquer palanque pelas diretas em 1988 que seja organizado por comitês suprapartidários. Covas, apontado como um dos aspirantes do PMDB à presidência da República, também foi liberado pelos médicos: saiu-se bem em todos os exames de rotina para um ex-infartado, que realizou no Instituto do Coração do Hospital das Clínicas.



Sarney desce palanque cercado pelos militares

Ulysses justifica poder do PMDB

BRASÍLIA — O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, reagindo às pressões do PFL visando à reforma ministerial, disse que “a situação do ministério traduz o número de constituintes que temos e a vitória do partido em todo o país através da eleição dos governadores. De forma que a projeção do governo com relação ao PMDB tem o testemunho das urnas, da sociedade e dos cidadãos.”

Ele reiterou que o PMDB, por mais que se apresente dividido em determinados instantes, acaba sempre se unindo nos momentos importantes. Anunciou que na semana que vem terá encontro com representantes da ala esquerda, que ameaça romper com o partido.

Família napolitana — “Eu sou o maestro da orquestra. É claro que nessa orquestra tem de Bach até Pixinguinha, mas meu esforço tem sido sempre o de superar as divergências nas horas fundamentais das votações, dos palanques, da organização dos diretórios”, disse Ulysses.

Com o bom humor que exibe desde a convenção de domingo passado, comparou o PMDB a “uma grande família napolitana, onde a mulher quer arrebentar a cabeça do marido, mas se falam mal dele ela é capaz de dar tiro” e acrescentou que “essa é a história do PMDB, que continuará a ser assim e dessa maneira vai continuar crescendo cada vez mais.”

— Mas como o senhor vai continuar equilibrando essa orquestra de Bach e Pixinguinha, depois do que aconteceu na convenção? — quis saber um repórter.

— Estou na presidência do PMDB e, enquanto precisarem dos meus serviços, eu ficarei. Quando se inquietam um pouco com o tempo que eu tenho ficado no cargo, eu lembro de De Gaulle. Ele dizia: “Fiquem tranquilos que eu não esquecerei de morrer.”

Ulysses não recebeu como desafio a declaração do presidente José Sarney — “Quem quiser romper com o governo, que rompa”. Para Ulysses, ficar no governo ou sair deve ser um ato espontâneo. “Qual é a força que pode obrigar que uma colaboração que deveria ser voluntária deixe de existir?”, perguntou.



Ulysses: voto deu cargos

Em relação à Constituinte, Ulysses anunciou que vai procurar as lideranças, para, a partir da identificação das matérias polêmicas, buscar um acordo entre os partidos. Admitiu que será uma tarefa difícil, mas ressaltou que, se não houver entendimento, restará a disputa pelo voto. “Para isso existe o voto, para dirimir quando não existe consenso.”

Mutirão — A Confederação Nacional das Associações de Moradores — CONAN - vai promover no dia 5 de agosto, mutirão nacional de coleta de assinaturas através de 13 mil associações de moradores em todo o país, para recolher 300 mil assinaturas e apresentar à Constituinte três emendas populares: sobre moradia popular, sobre transporte coletivo e a terceira, para ser incluída nas disposições transitórias, pedindo a suspensão do pagamento da dívida externa. As emendas serão entregues em Brasília no dia 12 de agosto.

Hesitação — “Não assino nada porque está tudo bem”, “mulher tem mesmo é que ficar em casa” ou “deixe o título em casa” foram algumas das frases ouvidas pelos representantes do Movimento Unificado Constituinte Popular, durante o ato público que realizaram no Centro de Recife, para coletar assinaturas para as emendas populares à Constituinte. A hesitação dos recifenses em assinar qualquer proposta foi tamanha que uma das líderes do movimento, Josenita Duda, chamava a atenção dos populares: “Não precisa pagar, é só assinar.”

Convulsão — O ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deni Schwartz, fez um apelo aos constituintes a que considerem melhor o problema do desenvolvimento urbano. Schwartz teme o agravamento da “convulsão social”, que caracteriza como as constantes invasões de terra e as depredações de ônibus no Rio. O ministro foi ao Recife assinar um convênio com o governo do estado no valor de CZ\$ 1,6 bilhão destinados a beneficiar cerca de 700 mil habitantes da área metropolitana.

Pelo presente — “Pelo presente, desligo-me do partido...” O prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, cumpriu o que prometera: largou o PTB, partido pelo qual se elegeu. Designou um contínuo de seu gabinete para entregar o memorandum de cinco linhas em que anuncia o desligamento ao presidente regional do PTB, Antônio Duarte Nogueira. O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, apenas comentou: “Eu já vi esse filme”. Jânio agora ameaça entrar para o PMDB. Ele já pertenceu ou foi ligado à UDN, ao PDC, ao PSB, ao PTN, ao PTB, ao PL e ao PR, às vezes por mais de um período.

PFL ameaça — Se o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, não apresentar substitutivo ao atual anteprojeto de Constituição, o PFL encaminhará um novo texto. A informação é do presidente nacional do partido, senador Marco Maciel, que foi a Maceió em companhia do líder de seu partido, deputado José Lourenço. De acordo com o senador, o anteprojeto de Cabral não atende aos anseios da população, além de ser muito extenso. Maciel defende uma Constituição de 200 artigos.

Retaliação — A deputada Raquel Capiberibe (PMDB-AP), denunciou em Belém as demissões no governo do Amapá, como “retaliação aos parlamentares que são contra o continuísmo”. O governador Jorge Nova da Costa exonerou seis secretários de estado ligados à deputada e disse que a medida partiu de “uma circunstância política”, referindo-se à campanha de Raquel pelos quatro anos para o presidente Sarney. Raquel tem feito críticas também ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e anunciou seu rompimento político com o presidente Sarney.

Antônio Carlos rejeita entrega de ministérios

BRASÍLIA — O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, rejeita a proposta do líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, no sentido de que o partido rompa com o governo e seus ministros entreguem os cargos, se a bancada determinar. “Os ministérios não são propriedade de um estado ou de partidos, e por isso não há ministros partidários”, afirmou.

“Nossa obrigação é apoiar o presidente José Sarney, porque sem ele o processo de transição democrática estará sob grave ameaça. Estou preocupado com a ação de segmentos radicais na Constituinte e com a atitude de outros, engajados no boicote ao Plano Bresser, que, se fracassar, trará consequências imprevisíveis ao processo político, inclusive no que toca às questões institucionais”, advertiu.

Participação — Lembrando a declaração do presidente de honra do PFL, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves — “não abandonaremos o presidente; ainda mais em momentos de crise” —, Antônio Carlos assegurou que o partido não renega a fidelidade a Sarney: “apesar de se reservar o direito de discordar”.

O ministro apoia a reivindicação, sobretudo das bases do PFL, de maior participação no governo, mas frisou que o atendimento político não pode ser dissociado da competência e representatividade.

Quanto à campanha para redução do mandato de Sarney a quatro anos, Antônio Carlos considerou “uma loucura, primeiro porque o mandato, na verdade, é de seis anos e o presidente não deveria sequer ter anunciado que desistia de um ano. O prazo de seis anos é fixado pela Constituição e deveria ser obedecido.”

“Não há por que se fazer discriminação ao presidente da República. O melhor seria, então, que se promovessem eleições gerais diretas em todos os níveis. Ai, muito pouca gente que prega a subversão da Constituição se reelegeria”, concluiu.

Lourenço vai levar a Sarney queixas do PFL

SALVADOR — O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, disse que tentará marcar para segunda-feira uma audiência com o presidente José Sarney, com o propósito de “levar a insatisfação da bancada com o tratamento recebido do governo e também algumas opiniões pessoais”. Antes de ir ao Planalto, ele pretende conversar com o presidente do partido, senador Marco Maciel, que foi recebido por Sarney na quinta-feira passada.

A ida de Maciel ao palácio foi motivada por declarações feitas na véspera por Lourenço, que, aproveitando a divisão criada no PMDB pela questão do mandato de Sarney, pediu a demissão de ministros pemedebistas e a concessão de mais cargos federais ao PFL.

Lourenço afirmou que a posição do PFL em relação ao governo vai depender das conversas que terá com Maciel e Sarney. “Quero que fique bem claro se os 133 integrantes da nossa bancada vão ter o tratamento adequado, correspondente ao apoio permanente que têm dado ao governo, ou se o bom tratamento é para os que fazem comício contra o presidente”, disse, referindo-se ao PMDB.

“O ministro da Fazenda”, concluiu Lourenço, “é do PMDB, pertence ao diretório nacional. Enquanto o PFL apoia o plano do ministro Bresser Pereira, por entender que precisa ter êxito porque a alternativa é o caos, uma grande parte do PMDB faz oposição à política econômica do governo.”

O líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC), anunciou que a direção nacional do partido na Câmara e no Senado vai atuar em conjunto contra a proposta de criação de um bloco suprapartidário de apoio ao governo e defender a manutenção da unidade partidária para impedir, através da negociação com outros partidos, as tendências radicalizantes de direita e de esquerda, na elaboração da Constituição.

O deputado, que esteve com o governador Waldir Pires, disse que ambos fizeram uma avaliação das questões e procurarão uma ação comum de preservação da unidade do PMDB e de apoio ao governo, dentro da linha programática do partido.